

Contratos dos CTT na mira das Finanças

Inspeção-geral considera ilegais os trabalhos a mais pagos à consultora Delloite

Luís Rosa
luis.rosa@sol.pt

A ADMINISTRAÇÃO dos CTT arrisca ter de repor nos cofres da empresa cerca 800 mil euros dos 930 mil pagos à consultora Delloite – a título de trabalhos a mais, por um estudo sobre a reorganização da estrutura dos Correios que deveria ter custado apenas 198 mil euros.

A Inspeção-Geral de Finanças (IGF) realizou uma auditoria às medidas de reorganização da empresa tomadas pelas administrações de Luís Nazaré e de Estanislau Costa e concluiu que os 808 mil euros pagos a mais pelos CTT à consultora, em 2008, configuram «uma situação incorreta e ilegal, passível de responsabilidade financeira sancionatória do Tribunal de Contas», lê-se no relatório desta auditoria, a que o SOL teve acesso.

A Delloite foi contratada

em Maio de 2008 para elaborar um estudo de implementação da Unidade de Serviços Partilhados – uma nova unidade orgânica criada em 2009, que centralizou a prestação de vários serviços. A Delloite tinha então Raúl Mascarenhas (ex-administrador dos CTT) como vice-presidente.

Os trabalhos adjudicados por 198 mil euros à Delloite custaram, no final do contrato – e após três trabalhos adicionais – cerca de 1,1 milhões de euros. Dos três adicionais, dois foram autorizados por uma directora que trabalhou na Accenture – consultora onde Mascarenhas também foi vice-presidente antes de ingressar nos CTT em 2005.

Devido a estes factos, os auditores da IGF consideram que «a escolha da Delloite não se pautou por critérios de rigor, objectividade e de transparência».



Luís Nazaré e Estanislau Costa, o anterior e o actual presidente dos CTT

As sucessivas alterações de estrutura e micro-estrutura decididas entre 2002 e 2009 mereceram também duras críticas por parte da IGF, «por envolverem 11,6 milhões de euros de investimento (em estudos), sem que seja possível avaliar se as metas foram atingidas», lê-se no relatório.

A criação de um Comité

de Estratégia, órgão consultivo da actual administração presidida por Estanislau Costa, é outra medida censurada pela IGF.

Em primeiro lugar, trata-se de mais um órgão que se sobrepõe a outro já existente – a unidade do Centro Corporativo. Por outro lado, implica um custo anual de 130 mil euros – valor que suplantava largamente os 27 mil

euros que custava por ano o Conselho de Estratégia criado pela administração de Horta e Costa.

Luís Nazaré foi o primeiro presidente deste Comité de Estratégia, com um salário anual de 50 mil euros. Contudo, segundo a IGF, Nazaré também trabalhou como consultor de uma empresa privada (que o PCP denunciou, em 2009, como sendo a

Delloite), a propósito de um trabalho para os CTT. Diz a IGF que Nazaré terá sido contratado com o «argumento de que as soluções por ele adoptadas, enquanto anterior presidente dos CTT, não estavam adaptadas às exigências da empresa e eram ineficazes e ineficientes».

Prémios indevidos

A IGF detectou ainda a alegada atribuição indevida de 84 mil euros de prémios de gestão a seis administradores de participadas dos CTT, em 2006 e 2007, valor que a Inspeção entende que deve ser devolvido. Só Carlos Dias Alves, actual administrador dos CTT, terá de repor 15 mil euros, por um prémio atribuído enquanto gestor da MailTec Holding, SA.

A administração dos CTT refutou as irregularidades apontadas, dirigindo mesmo palavras duras contra os auditores da IGF.

Títulos de Dívida Millennium
Rendimento Extra Agosto 2010/2015

MAIOR CAPITAL, MAIOR RENDIMENTO

PRAZO 5 ANOS

REMUNERAÇÃO PRÉ-DEFINIDA E CRESCENTE SEMESTRALMENTE

CAPITAL GARANTIDO NO FINAL DO PRAZO

SUJEITO A RISCO DE CRÉDITO-BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

EMIÇÃO NÃO SUJEITA A REEMBOLSO ANTECIPADO POR PARTE DO EMITENTE OU DO INVESTIDOR

Investimento mínimo: 2.000 €	Investimento mínimo: 25.000 €
TEAB 2,52240%	TEAB 3,01759%

Millennium
bcp

No Millennium bcp cuidamos das suas poupanças com toda a segurança e carinho. E ainda lhe oferecemos um rendimento que cresce todos os 6 meses durante 5 anos. E agora, com os novos Títulos de Dívida Millennium Rendimento Extra, quanto maior o capital, maior o rendimento.

Não dispensa a consulta do Prospecto e das Condições Finais de emissão disponíveis em qualquer sucursal Millennium bcp, em www.millenniumbcp.pt ou em www.cmmt.pt. Esta informação não constitui aconselhamento ou recomendação de investimento sem prejuízo dos deveres legais dos intermediários financeiros colocadores. Informe-se detalhadamente junto do Millennium bcp.

A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt

707 50 24 24
Atendimento Personalizado 24h

Banco Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta - Sede: Praça D. João I, n.º 28, 4000-295 Porto - Capital Social 4.694.600.000 Euros - Número Único de Matricula e de Pessoa Colectiva 501525882